
CONHECIMENTO DE DOCENTE SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E REVISTAS DE EXTENSÃO

FACULTY MEMBER KNOWLEDGE ABOUT UNIVERSITY EXTENSION AND EXTENSION JOURNALS

Submissão:
13/05/2025
Aceite:
23/09/2025

Luizi Custodio Jovasque ¹  <https://orcid.org/0000-0002-3767-8566>
Carlise Porto Schneider Rudnicki ²  <https://orcid.org/0000-0002-2257-0501>

Resumo

O presente artigo apresenta como objetivo analisar as percepções de pesquisadores extensionistas a respeito da extensão universitária, bem como do fazer extensão nas revistas científicas brasileiras. Metodologicamente, é composto por pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa descritiva, finalizando com a aplicação de uma pesquisa Survey. O público-alvo é composto por diferentes docentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Quanto às revistas consideradas neste estudo, foram listadas 17 revistas brasileiras com Qualis Capes dentro das faixas de classificação A ou B. Como resultados, mostramos o que os respondentes do questionário aplicado comprehendem por extensão e projetos de extensão e seu conhecimento sobre a legislação relacionada ao assunto e as revistas científicas nacionais extensionistas.

Palavras-chave: extensão universitária; revistas científicas de extensão; comunicação científica.

Abstract

This article analyzes researchers' perceptions about university outreach projects, as well as outreach publications in Brazilian scientific journals. The methodology consists of a bibliographical review, a documentary analysis, a descriptive research, in addition to a survey. The target audience includes various faculty members from the Federal University of Santa Maria (UFSM, Portuguese acronym). The study sample consists of 17 Brazilian journals classified as A or B according to Qualis Capes ranking. The results reveal respondents' understanding of university outreach and outreach projects, as well as their knowledge of the legislation related to the subject and of national scientific outreach journals.

Keywords: university outreach; scientific outreach journals; scientific communication.

¹ Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM jovasque.luizi@acad.ufsm.br

² Professora do PPG em Comunicação (POSCOM) da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM carlise.rudnicki@ufsm.br

Introdução

A extensão universitária tem um papel fundamental quando objetivamos alcançar a população para compartilharmos conhecimento. Essa transferência ocorre de dentro (universidade) para fora (sociedade) e vice-e-versa. Conforme Freire (2024), um dos significados de extensão é a entrega de algo, transmitido por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que estão “além do muro”, sendo uma atividade extramuros. Ademais, projetos extensionistas passaram a ter visibilidade perante o público porque a comunicação da ciência guiou esse acontecimento.

Martha Marandino (2013, p. 90) assevera que é preciso “problematizar acerca da forma pela qual o conhecimento científico é apreendido pela população, de maneira a não simplesmente acumular informações, mas efetivamente usá-las para a tomada de decisões sobre sua vida e a sociedade onde vive”. Atentando para esse pensamento, verifica-se que introduzir a cultura extensionista nas instituições de ensino e fazer com que ela circule de forma igualitária entre discentes, docentes, técnicos administrativos em educação (TAEs) ainda é desafiador e precisa encontrar meios para que efetivamente aconteça. Assim sendo, precisamos considerar “a importância, do ponto de vista epistemológico, com o processo de disseminação do conhecimento, o qual envolve necessariamente diferentes áreas de conhecimento e diversos profissionais” (Marandino, 2013, p. 98).

A comunicação científica é um processo que tem os periódicos como um dos meios para que os pesquisadores façam suas publicações. Essa comunicação tem como público-alvo seus pares e a sociedade em geral. Desse modo, a procura por esse tipo de revista para comunicar ciência geralmente têm como critério a relevância e a classificação Qualis Capes do periódico. Entende-se também que a tríade ensino, pesquisa e extensão é a base que hoje se apresenta para comunicar ciência. Além dessa discussão que envolve a utilização das revistas científicas como meio de divulgação de pesquisas aos pares, é importante pensarmos que a disseminação científica é uma forma de permitir que o público leigo compreenda a ciência e sua lógica, tornando-se capaz de solucionar problemas relacionados a fenômenos já aprofundados (Santarelli *et al*, 2021, p. 245).

Comunicar ciência por meio de periódicos científicos e da mídia conduz à seguinte ideia defendida por Santarelli *et al.* (2021, p. 245): “a universidade deve ser mais do que um laboratório, objeto de estudo ou campo de pesquisas, mas também um ambiente humano, com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade”. Dessa forma, é necessário que, além da pesquisa e do ensino presentes na tríade prezada pelas universidades, a extensão seja disseminada com igual relevância à comunidade.

Damos seguimento ao assunto da extensão universitária adentrando a relevância de conhecermos as revistas científicas nacionais de extensão, pois elas publicam estudos exclusivamente de extensão. Ou seja, queremos que os pesquisadores extensionistas e a sociedade saibam que essas revistas impulsionam projetos de extensão, valorizando o trabalho e o conhecimento gerados por eles. Ressaltamos, dessa forma, que pesquisadores extensionistas procurem essa revistas científicas para que seus projetos sejam compartilhados com seus pares. Logo, para fins de publicação e informação extensionista, é fundamental estarmos cientes de que, segundo a Rede Nacional de Extensão (RENEX)¹, são elencadas 67 revistas de extensão, das quais 43 se encontram ativas; ademais, dessas 43 revistas, 17 têm classificação Qualis A ou B.

Neste artigo, interessa-nos compreender melhor o envolvimento dos docentes da UFSM em

¹ Site RENEX: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/revistas>.

projetos de extensão, bem como a publicação e a divulgação desses projetos em revistas científicas. Tais ações extensionistas são divulgadas para que os demais professores possam obter conhecimento dessa prática, assim como receber incentivo de seus pares para que se envolvam em projetos extensionistas — ou não. Desse modo, nosso estudo gira em torno da opinião dos docentes a respeito dessa temática.

O FORPROEX² enquadra a extensão universitária no que chamamos de “via de mão dupla”, ou seja, temos o saber acadêmico e o saber popular em um reencontro. Com relação ao termo “mão dupla” utilizado nesse contexto, ele significa “troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade” (Gadotti, 2017, p. 2). Consideramos, assim, a relevância da prática da extensão como um meio de acessar a população em busca de um retorno às atividades universitárias quando em contato com cenários reais.

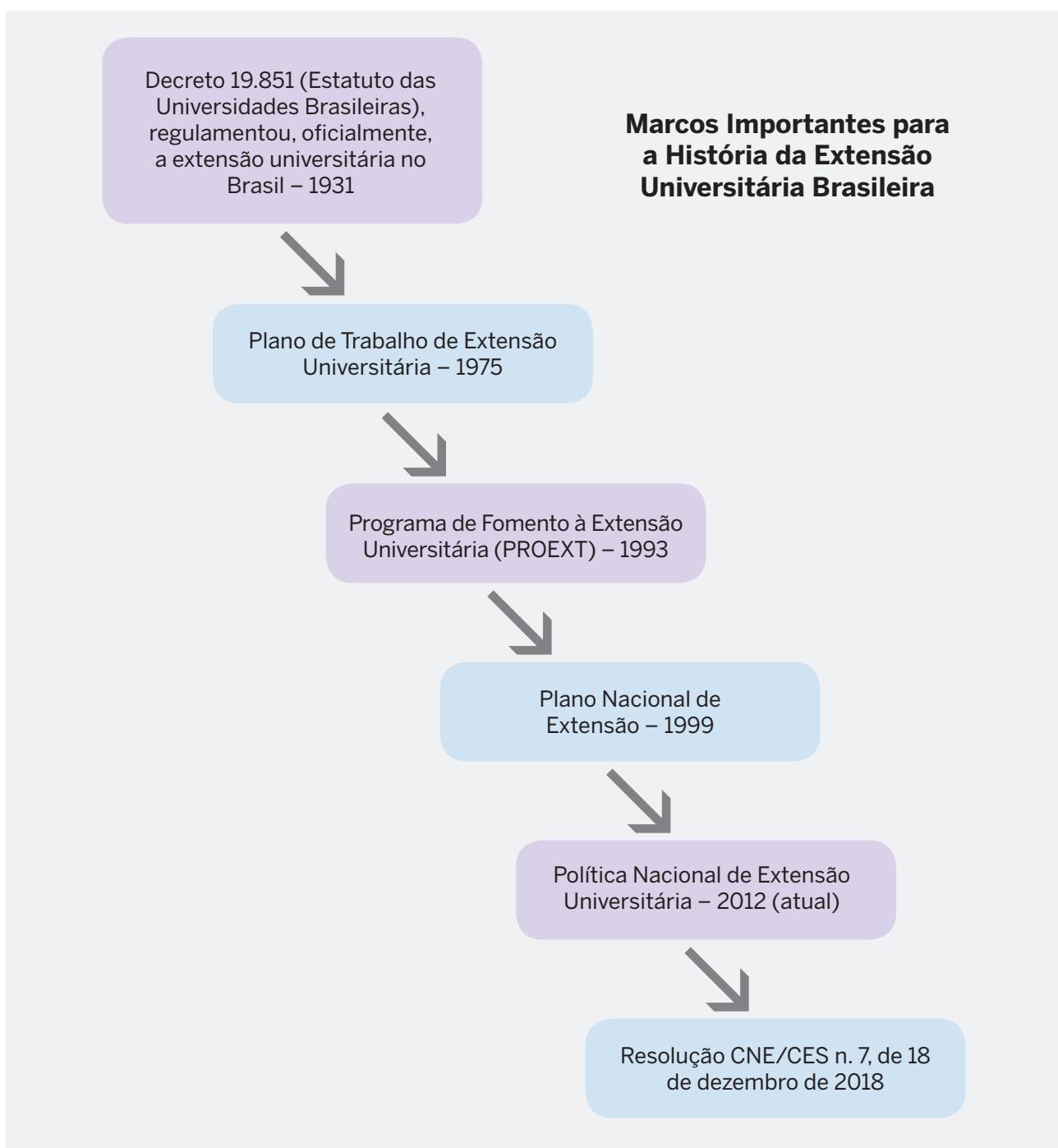
Sousa (2000 *apud* Gadotti, 2017) nos lembra que, na história da universidade brasileira, a extensão certamente tenha sido a área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade, apesar das grandes resistências enfrentadas perante o elitismo que marca a educação no Brasil. Desse modo, foi graças à influência dos movimentos sociais, principalmente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que as universidades brasileiras acordaram para seu compromisso social, trazendo à tona o atual Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), o qual

[...] acendeu a esperança de uma renovação e revalorização da Extensão Universitária com base em práticas emancipadoras, superando o enfoque eminentemente centrado na difusão de conhecimento acadêmico para uma inserção maior na realidade social e política brasileira (Gadotti, 2017, p. 3).

Muito lutamos por um PNE que estimule as pessoas a refletirem sobre a extensão universitária com uma visão independente, abrangendo o contexto de sua curricularização. Nesse sentido, Maria das Dores Pimentel Nogueira e Sandra de Deus nos ajudam a ter um panorama dos marcos importantes da história da extensão universitária brasileira, conforme a linha do tempo mostrada na Figura 1.

² Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Figura 1 – Linha do tempo com os marcos importantes para a história da extensão universitária brasileira



Fonte: Adaptado da apresentação de slides da Prof.^a Dr.^a Maria das Dores Pimentel Nogueira — Palestra Magna do V Colóquio Acadêmico Abrapcorp — e do e-book Extensão Universitária: trajetórias e desafios, da autora Sandra de Deus (2023).

O primeiro marco importante que trazemos à tona é o Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Foi por meio dele que se deu a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras. No entanto,

ao definir o conceito de Extensão, o documento parecia desconhecer a contribuição do manifesto de Córdoba, aproximando-se da concepção norte-americana de Extensão, que acabou se tornando uma das nossas maiores influências. A Extensão, que era vinculada à

necessidade estrita de crescimento econômico, tinha o objetivo de difundir conhecimentos técnicos e científicos — o que se oferecia por meio de cursos e assistência técnica para atender as áreas rurais, identificadas como lugares atrasados, mas fundamentais para o desenvolvimento do país. As instituições que surgiram após o Estatuto não asseguraram à Extensão Universitária um papel mais relevante (Deus, 2020, p. 47).

Dando prosseguimento à explicação da Figura 1, com relação à PNE de 1975, dizemos que ela ampliou o rol de atividades de extensão, pois passou a incluir cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas e projetos de ação comunitária com participação docente e discente (Gadotti, 2017). Já quanto à PNE atual, de 2012, seu quinto objetivo consiste em “estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade” (PNE, 2012, p. 9), o que mostra uma relação entre áreas do conhecimento em propostas de projetos de extensão, tornando a experiência ainda mais rica para os envolvidos. Por fim, como significativas diretrizes de valorização da extensão universitária, temos a Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, cujo art. 1º especifica que

[...] ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país (Brasil, 2018, p. 1).

Podemos enxergar a extensão como detentora do sentido da universidade, uma vez que ela integra e articula a vida universitária como um todo. Ligado a isso, Santos (2004 *apud* Gadotti, 2017) fala sobre a extensão de forma promissora:

[...] a área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (Santos, 2004, p. 53-54 *apud* Gadotti, 2017, p. 4).

Diante da transformação mencionada, podemos elucidar a Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual “estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024 e dá outras providências” (Brasil, 2012, p. 1). Nessa resolução, destacamos do capítulo 1, artigos 3º e 4º:

Art. 3º – A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa;

Art. 4º – As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; (Brasil, 2018).

Diante disso, o porquê de essa resolução trazer consigo uma modificação significativa para o cenário da extensão universitária está na obrigatoriedade de haver atividades de extensão comprovadas pelos estudantes em seus cursos de graduação. Antes da obrigatoriedade ser instaurada, o artigo em questão já existia, mas sem a exigência de a extensão estar presente nos currículos. A partir da vigência dessa resolução, a extensão passa ser vista com maior adesão e visibilidade. Um exemplo disso foi a apresentação dos projetos de extensão de docentes e discentes de diversas instituições do país na Jornada de Extensão do Expocom Sul 2024. Nesse evento, houve apresentações de projetos interdisciplinares e, em muitas delas, em algum momento, a Resolução n. 7 despontava. É provável, portanto, que eventos como esse valorizem cada vez mais projetos desse tipo.

Após o contexto elucidado, estabelecemos a seguinte **pergunta norteadora** da pesquisa: como podemos promover e valorizar os projetos de extensão através das revistas científicas nacionais de extensão universitária? Como **objetivo geral**, buscamos analisar as percepções dos pesquisadores extensionistas a respeito da extensão universitária, bem como do fazer extensão nas revistas científicas brasileiras. Mais **especificamente**, pretendemos identificar as percepções dos pesquisadores sobre extensão, projetos de extensão e revistas extensionistas; mapear as variáveis que interferem na escolha de uma revista científica para publicação e qual a prioridade dada às revistas exclusivamente de extensão.

Em virtude da importância desta pesquisa, **justificamos** seu desenvolvimento a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024. Além disso, a procura por revistas extensionistas por parte dos professores pesquisadores para submeter seus projetos de extensão é um estudo ainda não realizado — e, portanto, não publicado —, sendo relevante para descobrirmos como estão o reconhecimento e a visibilidade dessas revistas. Sabe-se que a pressão para os extensionistas realizarem publicações de seus trabalhos faz com que eles busquem revistas que apresentam Qualis Capes alto, bem como revistas científicas que não sejam necessariamente voltadas apenas a pesquisas extensionistas.

Sendo assim, para construção do referencial teórico, iniciamos articulando a comunicação científica e suas ramificações, incluindo a extensão, e finalizamos falando a respeito da publicação de projetos de extensão e das revistas extensionistas.

Metodologia

Como metodologia, realizamos pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa descritiva. Concluímos com a aplicação de uma pesquisa Survey, a partir da qual, posteriormente, realizamos a análise das respostas dos docentes que responderam ao questionário aplicado, sendo eles vinculados a diversos departamentos da UFSM; recorremos, para isso, aos resultados disponibilizados no Google Forms. A utilização do Google Forms é aceita pela UFSM como um meio para aplicação de questionários. Seguimos o princípio ético de manter o anonimato dos respondentes nesta pesquisa; assim, não houve a necessidade de utilizarmos o Comitê de Ética para esse caso.

Embora tenha sido difícil a obtenção de questionários respondidos — acreditamos que devido à aplicação do questionário ter se dado no período de férias da UFSM —, conseguimos atingir o objetivo de professores respondentes. Por fim, realizando a análise dos resultados de 21 questionários respondidos, obtivemos uma visão sobre a concepção de extensão universitária e revistas extensionistas.

De acordo com Martins (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica é “um excelente meio de formação

científica quando realizada independentemente — análise teórica — ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo”. Logo, para este estudo, buscamos e-books, artigos científicos, dissertações, teses, guias e leis que corroborassem nossos questionamentos. No Quadro 1, podemos visualizar as fontes documentais utilizadas na pesquisa.

Quadro 1 – Fontes documentais utilizadas na pesquisa

	Fontes documentais
1	Canais oficiais no Youtube: TV Campus UFSM ³
2	Leis Nacionais: Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Extensão Universitária, Resolução CNE/CES Nº 007/2018
3	Legislações fornecidas pelo Site da PRE UFSM: Política de Extensão da UFSM e demais documentações ⁴
4	Documentos e Publicações fornecidos pelo Site da RENEX ⁵

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Com relação à pesquisa descritiva, Michel (2015, p. 54) afirma que se “trata, em geral, de levantamentos das características de uma população, um fenômeno, um fato, ou do estabelecimento de relações entre variáveis controladas”. Para o nosso contexto, os levantamentos envolveram a descrição da extensão universitária em um cenário conhecido — e ao mesmo tempo desconhecido — dos pesquisadores engajados nesse meio. Uma vez que projetos de extensão consideram, de uma maneira geral, que “a partir do problema tem-se uma ideia de como solucioná-lo através de ações” (FMABC)⁶, podemos adotar a pesquisa descritiva para analisarmos as ações aplicadas em uma comunidade. Ademais, compreendemos que esse tipo de pesquisa,

[...] apropriada para a área de ciências humanas e sociais, tem o propósito de analisar, com a maior precisão possível, fatos ou fenômenos em sua natureza e características, procurando observar, registrar e analisar suas relações, conexões e interferências. Procura conhecer e comparar as várias situações que envolvem o comportamento humano, individual ou em grupos sociais ou organizacionais, nos seus aspectos social, econômico, cultural etc. (Michel, 2015, p. 54).

Assim, após realizadas a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa descritiva, apresentamos os resultados na próxima seção.

Resultados

As revistas científicas de extensão constituem nosso objeto de pesquisa. Segundo o site da Rede Nacional de Extensão (RENEX), o qual realizou a pesquisa intitulada *Lista de Revistas Acadêmicas em extensão no Brasil*⁷, publicada no dia 11 de julho de 2017, em sua aba “Revistas”, constatamos que das 67 revistas listadas, contando ativas e inativas, 17 das ativas apresentam Qualis dentro da classificação A ou B. Desse modo, a partir de dados encontrados na Plataforma Sucupira referentes à

³ Link: www.youtube.com/@tvcampusUFSM.

⁴ Disponíveis em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/legislacao-2>.

⁵ Disponíveis em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>

⁶ Centro Universitário FMABC - <https://fmabc.br/>.

⁷ Listagem completa disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/revistas>.

classificação Qualis Capes Quadriênio 2017-2020, foi elaborado o Quadro 2, no qual são elencadas as 17 revistas de extensão nacional mencionadas na referida pesquisa, ordenadas por Qualis.

Quadro 2 – Informações acerca das 17 revistas de extensão listadas na pesquisa *Lista de Revistas Acadêmicas em extensão no Brasil*

Revista / ISSN	Universidade responsável	Quadriênio 2017-2020	Link de acesso
Conexão ISSN 2238-7315	UEPG	A3	https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/issue/view/927
Cidadania em Ação ISSN 2594-6412	Udesc	B1	https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/
ELO - Diálogos em Extensão ISSN 2317-5451	UFV	B1	https://periodicos.ufv.br/el%20o/issue/view/524
Extendere ISSN 2318-2350	UERN	B1	https://periodicos.apps.uern.br/index.php/EXT/issue/view/306
Interagir: Pensando a Extensão ISSN 1519-8847	UERJ	B1	https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/issue/view/3206
Guará ISSN 2316-2007	UFES	B1	https://periodicos.ufes.br/guara
Experiência ISSN 2447-1151	UFSM	B1	https://periodicos.ufsm.br/experiencia
Revista Extensão ISSN 2596-2019	Unitins	B1	https://revista.unitins.br/index.php/extensao
Em Extensão ISSN 1518-6369	UFU	B2	https://seer.ufu.br/index.php/re-vextensao/about
Expressa Extensão ISSN 1414-4190	UFPel	B3	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao
Extensão em Foco ISSN 2358-7180	UFPR	B3	https://revistas.ufpr.br/extensao
Revista Extensão ISSN 2236-6784	UFRB	B3	https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/revistaextensao
Cataventos ISSN 2186-4867	Unicruz	B3	https://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/cataventos/index
Caminho Aberto ISSN 2359-0599	IFSC	B4	https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto
Revista Extensão & Cidadania ISSN 2319-0566	UESB	B4	https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb
Extensão Rural ISSN 2318-1796	UFSM	B4	https://periodicos.ufsm.br/extensaorural
Extensão e Sociedade ISSN 2178-6054	UFRN	B4	https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/issue/view/1408

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

⁸ International Standard Serial Number - <https://www.issn.org/>

CONHECIMENTO DE DOCENTE SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E REVISTAS DE EXTENSÃO

A partir do Quadro 2, identificamos as 17 revistas, seus ISSNs⁸ e as respectivas instituições de origem, seguido da classificação Qualis Capes Quadriênio 2017-2020 e dos *links* de acesso. Adicionalmente, a Figura 2 descreve a distribuição geográfica das revistas no Brasil, cuja maior concentração é observada nas regiões Sul e Nordeste.

Figura 2 – 17 revistas de extensão distribuídas em seus respectivos estados brasileiros



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A relação entre revista de extensão, instituição de origem e estado brasileiro mostra que as revistas elencadas no Quadro 2 e na Figura 2 estão inseridas nos ambientes acadêmicos ainda em pequeno alcance. Por isso, é importante trabalharmos maneiras de inserir a cultura extensionista nas universidades, demonstrando o tamanho de sua importância. Dessa forma, a análise do conhecimento que os pesquisadores extensionistas têm sobre esse tipo de revista nos fornece dados para compreendermos melhor o que está faltando — tanto por parte da UFSM quanto por parte de seus professores — no que tange à informação que contemple a extensão, as revistas extensionistas e sua relevância na vida acadêmica.

Dando continuidade, os respondentes do questionário, ao serem indagados se tinham alguma deficiência, responderam que não. Com relação à extensão universitária, afirmaram que ela é vista como uma troca de conhecimentos entre universidade e sociedade. Além disso, sendo a extensão um dos pilares da universidade, ela tem por finalidade realizar a conexão entre os saberes desenvolvidos na academia e a sociedade, seja por meio de projetos, oficinas, eventos, programas, serviços etc., sendo tais saberes aprimorados em benefício da comunidade externa às instituições de ensino. Pedrazzi e Yamamoto (2013) fazem menção ao I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em 2002, em João Pessoa (PB), no qual o conceito de extensão é reafirmado como:

O processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância social da produção e socialização do conhecimento (Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2002).

Ao serem indagados sobre a compreensão que têm de extensão universitária, os docentes afirmaram que se trata da troca de experiências entre academia-sociedade que enriquece as práticas aprendidas na universidade pelos estudantes, o que é fundamental tanto para seus conhecimentos bem como para os da sociedade externa.

Quanto ao envolvimento da universidade em ações e projetos de extensão, os respondentes mencionaram que se espera que sirvam de auxílio e solução para problemas enfrentados pela sociedade. Soma-se o envolvimento de pessoas/instituições/empresas externas à universidade, ajudando na concretização dos projetos extensionistas — jamais esquecendo a importância do triângulo ensino-pesquisa-extensão.

A resolução CNE/CES n. 7/2018 estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior, descrevendo sua concepção e sua prática e listando as modalidades de atividades extensionistas. O referido referencial orienta as instituições de ensino superior quanto à implementação da extensão nos currículos dos cursos de graduação, bem como sobre como avaliar.

Já ao serem indagados a respeito de sua experiência nas funções de coordenadores e/ou participantes de projetos de extensão, 4 professores informaram terem exercido a função de participante, e 6 a de coordenador. Observa-se que participar das ações extensionistas em várias funções aprimora o fazer docente, diversifica a experiência acadêmica e fortalece o processo de consolidação da extensão no ensino superior.

Quando indagados a respeito da razão que os motivou a realizarem projetos de extensão, 3 docentes responderam que iniciaram a realização de projetos de extensão devido à implementação da Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Por outro lado, 17 participantes se envolveram em projetos extensionistas por considerarem a extensão uma ótima forma para o discente experientiar a realidade fora dos muros da universidade.

As respostas elencadas no parágrafo anterior trazem a visão dos docentes sobre a realização de projetos de extensão; entretanto, precisamos ressaltar que tanto a Resolução CNE/CES n. 7 quanto outras políticas envolvendo extensão universitária têm como público-alvo primordial o discente. É pensando no discente que os professores trazem suas opiniões acerca da realização de projetos extensionistas. O *Guia da curricularização da extensão na UFSM* (UFSM, 2022) diz que docentes e/ou técnico-administrativos devem coordenar as ações de extensão; porém, se o docente não se envolver com tais atividades, suas percepções sobre os projetos serão limitadas, podendo implicar na falta de incentivo aos discentes para desenvolverem extensão.

Por fim, 11 professores responderam que realizam projetos de extensão, porque a extensão precisa estar em pé de igualdade com a pesquisa e com o ensino, prezando por esse tripé. Dessa forma, cumprem com o que diz a Constituição Federal de 1988 e postulado pelo Art. 4º do Estatuto da UFSM. Ademais, finalizamos essa parte da análise constatando que apenas uma pessoa alegou não saber responder à pergunta realizada, o que é uma porcentagem aceitável.

Ainda, os professores foram indagados sobre as vantagens e os desafios que encontraram ao realizar projetos de extensão. Como vantagens, os respondentes mencionaram: (i) aplicação prática da teoria aprendida nas instituições, junto às comunidades, conhecendo, assim, a realidade destas; (ii)

desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos nos projetos de extensão; (iii) direcionamento para pesquisas futuras que ajudem a solucionar problemas da população (iv) visibilidade para a universidade, assim como de professores e alunos engajados nos projetos; e (v) a sociedade passa a ter conhecimento sobre as pesquisas e os estudos realizados dentro da universidade.

Quanto aos desafios encontrados pelos participantes na aplicação de projetos extensionistas, foi mencionado que muito se discute a respeito dos limitados recursos financeiros para aplicação dos projetos, bem como limitações de transporte e apoio logístico. Somam-se a isso: as burocracias enfrentadas para realizar os projetos; a pouca adesão da comunidade ou dos alunos; a falta de disponibilidade de horários dos alunos e professores envolvidos para participarem das ações; a falta de editais que contemplam auxílios para realizar extensão⁹; e a dificuldade para contatar o público-alvo para trabalhar os projetos.

Prosseguindo, o questionamento posterior buscou entender quanto os docentes conhecem de legislações, políticas e instruções normativas relacionadas à extensão universitária. Estar bem informado sobre esses documentos é importante, pois eles explicam como está estruturada a extensão no âmbito universitário. A Política Nacional de Extensão Universitária (PNE) trata de “conceitos, princípios e objetivos que constituem uma referência nacional para o debate sobre a Extensão Universitária e sua (re)construção e aprimoramentos contínuos” (Brasil, 2012, p. 8). A respeito da resolução CNE/CES n. 007/2018, já esclarecida nesta pesquisa, sua leitura é necessária para o entendimento da obrigatoriedade da extensão se fazer presente nos currículos de graduação e pós-graduação. Já a Política de Extensão da UFSM traz em específico as diretrizes e os objetivos da extensão na UFSM e da Pró-Reitoria de Extensão, bem como

[...] os eixos e as linhas de extensão; a caracterização, classificação, registro e financiamento das ações de extensão; a composição e finalidade da Câmara de Extensão, das Comissões de Extensão e do Fórum Permanente de Extensão; a avaliação e valorização da extensão; e inserção das ações de extensão no ensino, no âmbito da UFSM (UFSM, 2019, p. 1).

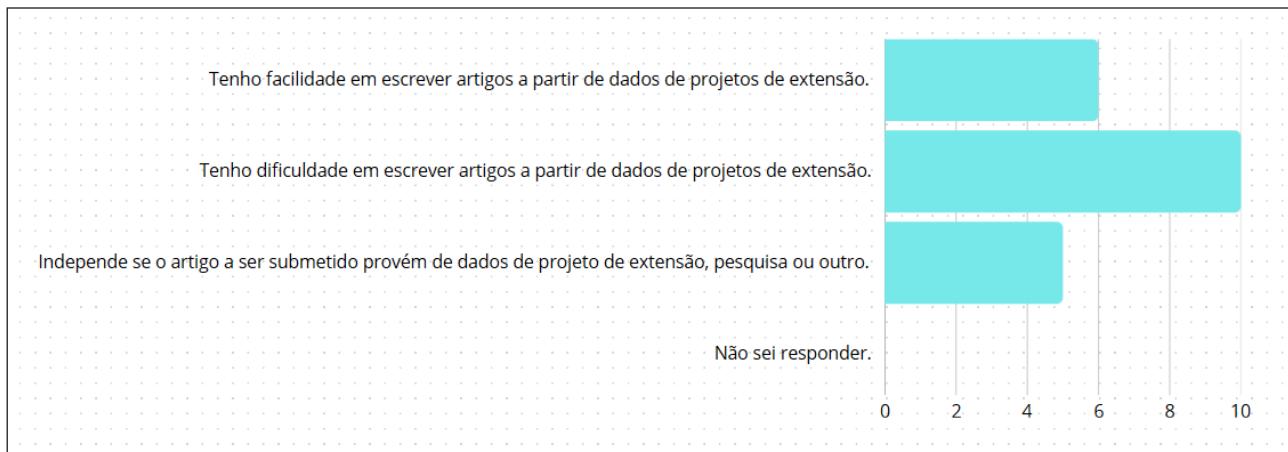
Mais recentemente, foi aprovada a Instrução Normativa n. 002/2025/PRE, de 01 de abril de 2025, a qual “regulamenta a concessão de recursos do Fundo de Incentivo à Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação (FIEC-G) no âmbito da UFSM” (UFSM, 2025, p. 3). Essa Instrução Normativa vem para dar suporte financeiro a docentes e discentes que participam de projetos extensionistas. A falta de financiamento para projetos de extensão sempre foi um grande desafio aos envolvidos, e esperamos que, com a Instrução Normativa citada, esse cenário possa mudar.

Assim sendo, observamos que 11 respondentes afirmam conhecer/ouvir falar de uma ou mais legislações, políticas e instruções normativas relacionadas à extensão universitária, ao passo que 5 alegam conhecer/ouvir falar apenas da Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012. Prosseguindo a análise, 9 dos docentes conhecem/ouviram falar apenas da Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, e 7 dizem conhecer/ouvir falar apenas da Política de Extensão da UFSM. Nenhuma pessoa relatou não conhecer ou não ouvir falar sobre nenhuma das legislações, políticas e instruções normativas.

⁹ Esperamos que, com a aplicação da Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que se tornou obrigatória a partir do final de 2023, os recursos de logística, financiamento e a disponibilidade de horários para alunos e professores elaborarem e participarem de projetos de extensão sejam modificados e melhorados. No momento em que impulsionamos e damos maior importância e visibilidade à extensão nas universidades, os desafios encontrados tendem a ser solucionados, mesmo que aos poucos. Para o caso específico da UFSM, tais desafios já começaram a ser modificados positivamente.

No Gráfico 1, apresenta-se o conhecimento expresso pelos docentes a respeito do processo de submissão de artigos a partir dos projetos de extensão.

Gráfico 1 - Conhecimento a respeito do processo de submissão de artigos frutos dos resultados dos projetos de extensão



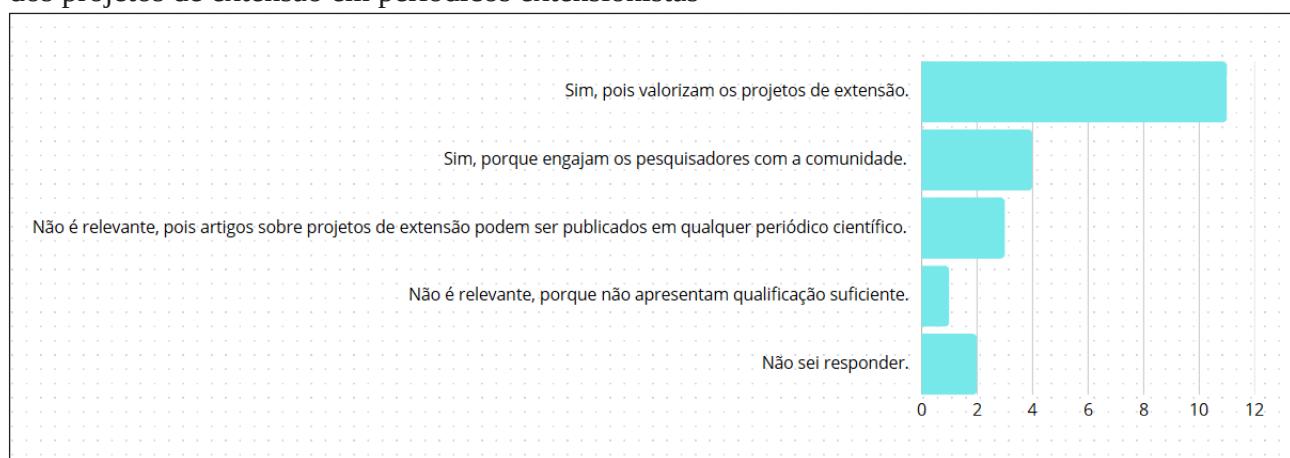
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observa-se que 10 dos professores apresentam dificuldades para escrever artigos a partir de dados de projetos de extensão. Diante dessa constatação, é importante que as instituições de ensino pensem em realizar oficinas/capacitações para que alunos e professores exercitem esse tipo de escrita. Observamos que as revistas de extensão (i) *Cataventos*, (ii) *Expressa Extensão* e (iii) *Caminho Aberto* apresentam a modalidade textual “relato de experiência” ou “relatório” como possibilidade de submissão. Na descrição da submissão desses periódicos, encontramos, respectivamente: (i): “Os Relatos de Experiências representam dados descritivos decorrentes de projetos, programas ou ações de extensão universitária, explicitando tais atividades e relatando os resultados da intervenção”; (ii) “Textos que relatem processos, metodologias e resultados de trabalhos de extensão em andamento ou concluídos e que foquem, especialmente, a relação do processo extensionista com a sociedade. Seção aberta na chamada para publicação a todos os extensionistas coordenadores de projetos/programas de extensão com possibilidade de coautoria com outros docentes e alunos”; e (iii) “Os relatos de experiência descrevem e/ou discutem experiências desenvolvidas nas áreas temáticas da extensão e são compostos por resumo e descrição das atividades desenvolvidas”. Portanto, são textos que descrevem a ação extensionista; esse tipo de produção textual (artigo de extensão) agrega variáveis que o diferem do artigo de pesquisa.

Então, surgem as perguntas: onde aprendemos a desenvolver esse tipo de artigo? Alguém já se preocupou a fundo com esse impasse? Os sites das revistas extensionistas guiam os autores sobre o que esperam encontrar em suas modalidades textuais, mas nem sempre isso é suficiente. Dessa forma, reiteramos que, em algum momento futuro — principalmente diante do aumento das atividades extensionistas —, esse assunto precisará ser debatido rumo à busca por ações orientadoras direcionadas a como construir artigo de extensão e publicar essa produção.

No Gráfico 2, estão organizados os entendimentos dos docentes sobre a importância de publicar os resultados dos projetos de extensão em periódicos extensionistas.

Gráfico 2 – Entendimentos dos docentes direcionado à importância de publicar os resultados dos projetos de extensão em periódicos extensionistas



Fonte - Elaborado pela autora (2025)

Constata-se que 11 respondentes disseram que as revistas que publicam exclusivamente artigos oriundos da extensão são importantes, pois valorizam os projetos de extensão. Mais da metade das pessoas alegaram que revistas exclusivamente extensionistas são significativas, mas a impressão que temos é que tais revistas são desconhecidas pelos docentes. Diante disso, esperamos uma mudança de cenário relacionado às revistas, até porque a inclusão da obrigatoriedade da extensão nos currículos acadêmicos provavelmente vai impactar a busca por revistas desse tipo. Ainda, espera-se que as revistas de extensão cresçam em número, bases de indexação e capilaridade de divulgação das ações extensionistas.

A partir de um estudo realizado por Jovasque (2022), no qual foi pesquisado, com base em informações do site da RENEX e da Unesp, quantas revistas brasileiras de extensão estavam ativas até 2022, chegou-se ao total de 43 revistas, das quais 17 têm Qualis Capes A ou B (Jovasque, 2025). Pensando nesta pesquisa realizada e nas respostas à pergunta “você já publicou resultados de projetos de extensão em revistas científicas de extensão?” e considerando que 38,1% dos docentes respondentes nunca publicaram projetos em revistas de extensão e não conhecem essas revistas, concluímos que há desinformação sobre esse assunto — e, infelizmente, os docentes provavelmente não se interessaram em procurá-las. Ademais, esses docentes não sabem que, atualmente, a UFSM tem 2 revistas extensionistas: a *Extensão Rural*¹⁰ e a *Experiência – Revista Científica de Extensão*¹¹, as quais têm Qualis B1 e B4, respectivamente. Logo, esperamos que esse desconhecimento mude, aumentando o interesse dos professores por submeter artigos e outras modalidades textuais a revistas de extensão.

É oportuno trazermos para esta discussão que, considerando a necessidade de divulgação das revistas científicas nacionais de extensão universitária junto ao corpo docente, sugere-se que os sites das Pró-Reitorias de Extensão das universidades disponibilizem informações atualizadas sobre o mapeamento dessas revistas a nível nacional.

Avançando, temos que 6 professores afirmaram ter publicado seus resultados de projetos de extensão em revistas científicas extensionistas apenas uma vez, e desejávamos que esse número não fosse tão baixo. Ademais, 3 respondentes publicaram mais de uma vez seus resultados nesse tipo de

¹⁰ Link de acesso à revista: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural>.

¹¹ Link de acesso à revista: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia>.

revista, e 4 não souberam responder ao questionamento realizado. Esperamos que, futuramente, esse cenário sofra uma inversão, ou seja: que os docentes extensionistas tenham um conhecimento mais vasto sobre as revistas de extensão existentes, valorizando-as e as procurando para submeter seus trabalhos. Isso porque, como os dados sinalizam, o número de respondentes que as conhece, bem como de publicações em revistas científicas de extensão, ainda é diminuto.

Apesar de 3 respondentes apontarem publicações em revistas extensionistas, esse número fica muito abaixo da média dos docentes que não publicam nesse tipo de periódico. Conforme Deus (2000, p. 53), “poucos são aqueles que reconhecem o período privilegiado em que se vive o ‘fazer extensionista’ e da sua importância na retomada de um pensamento latino-americano de universidade, capaz de se apresentar ou apresentar proposta de projeto”. Ou seja, está mais do que na hora que os professores extensionistas apresentem propostas para projetos da sociedade, colocando-os em prática e submetendo seus resultados a revistas de extensão, desconhecidas até o momento. Acreditamos que coordenar e participar dos projetos são experiências riquíssimas para suas vidas acadêmicas.

Conclusões

Assim como a extensão já foi o pilar “colocado de lado” da tríade ensino, pesquisa e extensão, revistas que publicam extensão também o foram. Por meio do mapeamento das revistas, suas respectivas instituições, suas classificações Qualis Capes e o interesse ou não de publicar nelas, verifica-se que utilizar diferentes meios para torná-las visíveis dentro da extensão universitária é uma maneira de conseguirmos estreitar os laços entre os pesquisadores extensionistas e as revistas que sempre priorizaram e seguem priorizando publicarem extensão com exclusividade. Quando atravessamos a história da extensão universitária, principalmente a brasileira, tentamos compreender suas dificuldades, suas conquistas e os motivos pelos quais ela se tornou um dos pilares das instituições de ensino superior, junto ao ensino e à pesquisa.

A partir do cenário dos projetos de extensão que enfrentamos hoje, surgirão muitos desafios, tais como: levar informação sobre extensão à comunidade acadêmica; capacitar alunos e professores para desenvolverem projetos; reorganizar grades curriculares de maneira que as demandas dos projetos de extensão possam ser atendidas; disponibilizar os recursos necessários para criar, desenvolver e continuar os projetos; dentre tantos outros desafios. Dito isso, precisamos ter em mente que o processo todo é lento. Descobrem-se dúvidas e problemas e, aos poucos, as adaptações e as modificações vão sendo realizadas, procurando desfazer muitas críticas negativas em relação à extensão.

Finalizando, é interessante apontarmos que a inclusão da extensão nos currículos acadêmicos pode ser um espaço para evitar a evasão dos estudantes. Uma vez que os projetos de extensão levam os acadêmicos a realizarem atividades reais e práticas em seus cursos — o que podemos analisar como uma maneira de tornar o aprendizado ainda mais valoroso —, faz sentido termos esse ponto de vista de que a extensão ajuda a evitar evasões. Sendo assim, torna-se significativo que as Pró-Reitorias de Extensão das universidades divulguem dados estatísticos da relação entre extensão e evasão acadêmica.

Referências

ARANTES, Ana Manuela; TUZZO, Simone Antonaci. Cidadania e mídia na perspectiva de Néstor García Canclini. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 147-159, 2014. DOI: 10.5216/cei.v1i1.31208. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/31208>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: [s. n.], 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Maio de 2012. Apresenta às Universidades Públicas e à sociedade brasileira a presente Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 28, 19 dez. 2018.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1.; 2002. João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/index.htm. Acesso em: 14 março 2025.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária**: trajetórias e desafios. Santa Maria: Pró-Reitoria de Extensão da UFSM, 2020.

FÓRUM de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

FREIRE, Paulo **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967; 1971.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 26. ed. Tradução de Rosika Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. **Instituto Paulo Freire**, São Paulo, v. 15, p. 1-18, fev., 2017.

JOVASQUE, Luizi Custodio. **Perfil das revistas científicas nacionais de extensão universitária**: ações para a gestão editorial. 2022. 117f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Produção Editorial) — Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/24948>. Acesso em: 12 jun. 2025.

JOVASQUE, Luizi Custodio. **A cultura extensionista e o reconhecimento das revistas científicas nacionais de extensão**: um olhar sob a perspectiva dos pesquisadores da UFSM. 2025. 143f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/35440/DIS_PPGCOMUNICACAO_2025_JOVASQUE_LUIZI.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2025.

MARANDINO, Martha. Educação, ciência e extensão: a necessária promoção. **Revista de Cultura e Extensão da USP**, São Paulo, v. 9, p. 89-100, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rce/article/view/56642/59658>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597009088. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-970-0359-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PEDRAZZI, Vinicius; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A necessidade de ações articuladas na cultura e extensão. **Revista de Cultura de Extensão da USP**, São Paulo, n. 10, p. 43-50, nov., 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/69049>. Acesso em: 12 set. 2024.

PEREIRA, Fabiana da Costa; FOSSÁ, Ivete. Pedagogias de Paulo Freire: educando para a cidadania com protagonismo na comunicação. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 29-42, jul-dez., 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/186628>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PEREIRA, Renato Lopes. Conceito de Comunicação. **Revista e-COM**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2013. Disponível em: <https://openaccesslegada.emnuvens.com.br/ecom/article/view/1059/642>. Acesso em: 01 maio 2025.

SANTARELLI, Iohana S. *et al.* Cientifi-CIDADE: estimulando a divulgação da Ciência por meio da extensão universitária. **Química nova na escola**. São Paulo, v. 43, n. 3, p. 244-253, ago., 2021. Disponível em: http://qnesc.sqb.org.br/online/qnesc43_3/QNESC_43-3_revista_baixa.pdf#page=16. Acesso em: 22 fev. 2025.

SANTOS, Boaventura Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Paulo Celso; SILVA, Míriam Carlos. Em busca de um conceito de comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 26-35, mar., 2014. Disponível em: <https://revista.publalic.org/index.php/alaic/article/view/62/62>. Acesso em: 01 out. 2024.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. **Política de Extensão da UFSM**. Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/05/Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. **Guia da curricularização da extensão na UFSM**: orientações gerais para os cursos de graduação da UFSM. Santa Maria: Pró-Reitoria de Extensão/Pró-Reitoria de Graduação, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2022/12/Guia-da-Curricularizacao-da-Extensao-na-UFSM.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. **Instrução Normativa n. 002/2025/ PRE de 01 de abril de 2025**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Extensão, 2025. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2025/04/Instrucao-Normativa-002-2025-PRE.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2025.